

Recessão está de volta, mas ainda pode regredir

Queda de vendas, concordatas, seguro-desemprego e menor produção industrial dão o alerta

MILANO LOPEZ
Colaborador

Depois de dominar o cenário econômico durante três anos, no duro processo de ajuste da economia ao segundo choque do petróleo, a recessão está de volta, pela segunda vez nesta década, com seus inequívocos. Sinais no organismo econômico do País, expressam-se em forma de redução da atividade econômica, queda da demanda e desemprego, ingredientes temperados com a mais elevada explosão inflacionária que se tem notícia na história econômica do País.

São os seguintes os primeiros sinais do processo recessivo:

1) — redução do ritmo da produção industrial registrada pela 83ª sondagem conjuntural da Fundação Getúlio Vargas, numa pesquisa que envolveu 1.911 empresas de todo o País;

2) — aumento anormal da procura pelo seguro desemprego, com 137 mil casos registrados desde abril e mais de 300 mil cheques pagos até agora pelo Ministério do Trabalho;

3) — queda real de mais de 20 por cento nas vendas do comércio nos principais centros consumidores do País, com muitas lojas de departamento cancelando encomendas às indústrias da vestuário, eletrônico e eletrodomésticos;

4) — redução substancial das vendas de tratores e outros implementos agrícolas, sinalizando uma crise também no setor rural, com redução do plantio para a próxima safra;

5) — aumento anormal

dos pedidos de concordata preventiva, envolvendo inclusive empresas de grande porte, que repentinamente se viram sufocadas com os elevados encargos financeiros, depois de terem apostado no Plano Cruzado e aumentado sua produção;

6) — queda dramática no ritmo de investimentos por parte do setor privado, tanto de empresas multinacionais, como a Ford e a Rhodia, como das empresas nacionais;

7) — aumento persistente da capacidade ociosa do setor industrial, também revelada pela sondagem conjuntural da Fundação Getúlio Vargas.

REATIVAÇÃO PROBLEMÁTICA

Ocorre, porém, que a reativação da economia é uma questão problemática, pois depende de alguns fatores, dentre os quais se destaca a falta de confiança do empresariado na ação do Governo, o imobilismo das autoridades da área econômica e o alto nível de incerteza quanto ao futuro imediato.

Outro fator limitador da reativação do crescimento é a taxa de juros, alimentada por uma inflação recorde que corrói a renda salarial dos consumidores, a despeito dos disparos menores do gatilho. Nenhum investimento pode prosperar se os custos dobrarem em quatro meses.

O terceiro elemento de incerteza é a indefinição quanto à negociação da dívida externa, o que impede o Governo de fazer uma programação de investimentos incluindo uma parcela da poupança externa.

Embora os bancos credores tenham mantido em aberto as linhas de crédito comerciais e interbancárias, estabeleceram severas restrições ao acesso a esses recursos, como a diminuição dos prazos e a elevação das taxas de juros e do "spread", inviabilizando as exportações.

A AÇÃO DO ESTADO

Os sinais de recessão já foram confirmados pelo próprio ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que recebeu do seu colega do Trabalho, Almir Pazzianotto, os dados mais recentes sobre a ampliação do desemprego, intensificada sobretudo a partir da segunda quinzena do mês passado. No seu imobilismo o Governo promete tomar providências para ampliar os investimentos estatais, mas estes estão amarrados a um "programa consistente" de economia, que está sendo preparado pelo ministro da Fazenda e cuja divulgação está programada para o final do próximo mês.

Ao lado desse programa o Ministério do Planejamento está elaborando outro, destinado a promover uma alocação de recursos para os diversos projetos governamentais com execução prevista para o período de 1987 e 1991. As disponibilidades orçamentárias do BNDES já foram exauridas e as empresas estatais cortam investimentos por insuficiência de fundos. Elas reclamam contra a política tarifária do Governo que impede a reposição dos custos e exigem, a cada dia, mais recursos compensatórios do orçamento fiscal, em for-

ma de capitalização, para cobrir os prejuízos operacionais.

SEM DINHEIRO

Das tradicionais fontes de financiamento externo o Brasil só conta, este ano, com o Banco Mundial, e mesmo assim em condições críticas, apesar da propaganda oficial. No ano fiscal que vai de julho deste ano a junho de 1988, o Banco Mundial deverá conceder ao Brasil, numa hipótese otimista, 1,7 bilhão de dólares de novos financiamentos. Ocorre que o desembolso efetivo não deverá ultrapassar, este ano, os 700 milhões de dólares, o que corresponde ao que o País tem de pagar ao banco em forma de amortização do capital e dos juros dos financiamentos concedidos nos anos anteriores.

Os financiamentos do BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento — não deverão ultrapassar os 300 milhões de dólares, embora o Governo deseje-se 700 milhões, e os empréstimos de governos feitos através das instituições tipo Eximbank continuam suspensos até a renegociação da dívida com o Clube de Paris, em junho próximo. O Brasil contava, este ano, com pelo menos 2 bilhões de dólares desses recursos, e será obrigado a refazer as contas.

Desse modo, a reativação econômica terá de depender, exclusivamente, do esforço de poupança interna, que está nos níveis mais baixos nos últimos anos — cerca de 17 por cento do PIB — quando já chegou a quase 30 por cento na década passada.